

Uma análise de cluster dos graus de vulnerabilidade social à luz da Abordagem das Capacitações de Amartya Sen: o caso Colinas D'Oeste II (Osasco/SP)

Artigo concorrente ao Prêmio Paulo Haddad

Micaelli Lobo dos Santos¹

Wesley Santos²

Luciana Rosa de Souza³

Resumo: Este artigo analisa os graus de vulnerabilidade social identificados no bairro Colinas D'Oeste II, em Osasco (SP), a partir da Abordagem das Capacitações de Amartya Sen. O objetivo principal é compreender como funcionamentos, capacitações e intitulentos se articulam nas trajetórias dos moradores de um território periférico, revelando desigualdades internas que vão além da insuficiência de renda. Supõe-se que a vulnerabilidade social não é homogênea, mesmo dentro de um mesmo território, e que variáveis como gênero, raça/cor, escolaridade, arranjos domiciliares e acesso a políticas públicas determinam diferentes perfis de privação. O estudo baseia-se em dados primários coletados em 2022, via questionários aplicados a moradores locais. A análise descritiva-quantitativa se deu com o uso do software estatístico R, que permitiu categorizar entrevistados em quatro níveis distintos de vulnerabilidade. Os resultados revelam uma complexa estratificação social no interior do território, indicando que fatores como escolarização, formalização do trabalho, composição familiar e posse da moradia influenciam diretamente nas oportunidades e no acesso a direitos. Conclui-se que as políticas públicas devem considerar essas múltiplas camadas de vulnerabilidade social em detrimento de soluções homogêneas. Adotando, portanto, estratégias específicas, interseccionais e emancipatórias.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social; Capacitações; Pobreza multidimensional.

Abstract: This article analyzes the levels of social vulnerability identified in the Colinas D'Oeste II neighborhood of Osasco, São Paulo, using Amartya Sen's Capabilities Approach. The main objective is to understand how functionings, capabilities, and entitlements intertwine in the trajectories of residents of a peripheral territory, revealing internal inequalities that go beyond income insufficiency. It is assumed that social vulnerability is not homogeneous, even within the same territory, and that variables such as gender, race/color, education, living arrangements, and access to public policies determine different deprivation profiles. The study is based on primary data collected in 2022 through questionnaires administered to local residents. The descriptive-quantitative analysis was conducted using the statistical software R, which allowed respondents to be categorized into four distinct levels of vulnerability. The results reveal a complex social stratification within the territory, indicating that factors such as education, formal employment, family composition, and home ownership

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Econômico, na área de Economia Aplicada, Agrícola e do Meio Ambiente no Instituto de Economia (IE) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2024). Mestra em Economia e Desenvolvimento pela Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (2024) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) (2021). E-mail: m289244@dac.unicamp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6529-7173>

² Mestre em Ciências Sociais (PPGCS/EFLCH - UNIFESP) e doutorando em Ciências Sociais no PPGCS/EFLCH - UNIFESP. E-mail: wlsantos@unifesp.br ; <https://orcid.org/0000-0002-2561-7803>.

³ Professora Adjunta do Departamento de Economia da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo/SP, Brasil. E-mail: luciana.rosa@unifesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4581-094X>

directly influence opportunities and access to rights. It follows that public policies must consider these multiple layers of social vulnerability rather than adopting homogeneous solutions, thus adopting specific, intersectional, and emancipatory strategies.

Keywords: Social vulnerability; Capacities; Multidimensional Poverty, Cluster analysis.

Área do trabalho: 12. Desigualdade e pobreza e exclusão social.

Introdução

Compreender a pobreza e a vulnerabilidade social nas periferias urbanas brasileiras exige uma abordagem que supere a insuficiência de renda. Embora a literatura econômica clássica tenha contribuído significativamente para definir linhas de pobreza absoluta e relativa (Townsend, 1979), as limitações dessas perspectivas tornam-se evidentes quando confrontadas com realidades marcadas por múltiplas privações simultâneas. A renda, apesar de ainda ser um indicador importante, não explica por si só o alcance e a profundidade das privações enfrentadas por populações que vivem em territórios vulneráveis. Nesse contexto, a abordagem das capacitações de Amartya Sen (2000; 2010) tem se mostrado promissora ao incorporar dimensões subjetivas, relacionais e estruturais da vulnerabilidade, considerando as reais possibilidades de "ser e fazer" das pessoas.

Este artigo analisa os diferentes graus de vulnerabilidade social no bairro Colinas D'Oeste II (Osasco/SP), utilizando a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen como referencial. Os dados empíricos foram coletados em 2022⁴, através de questionários aplicados a moradores locais, contemplando aspectos sociodemográficos, acesso a políticas públicas, condições de moradia, trabalho e alimentação.

A originalidade do estudo reside na operacionalização das categorias senianas: funcionamentos, capacitações e intitamentos, buscando não apenas identificar carências, mas compreender as combinações específicas de características que produzem diferentes graus de vulnerabilidade entre os moradores da comunidade. Dentre os grupos do território que apresentam o grau mais alto de vulnerabilidade, estão as mulheres negras (pretas ou pardas), analfabetas ou que completaram o ensino fundamental I, com renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos, com mais de 3 moradores no domicílio e, em muitos casos, chefes de famílias.

A partir da análise empírica, observou-se que, mesmo dentro de um território considerado vulnerável, há gradações nas condições de vida, o que configura variações internas de vulnerabilidade. Fatores como gênero, cor/raça, nível de escolaridade, número de moradores por domicílio, formalização do trabalho e acesso à política habitacional conformam perfis distintos de privação, com diferentes níveis de exposição ao risco social. Essas constatações desafiam abordagens homogêneas sobre a pobreza e revelam a necessidade de intervenções públicas mais específicas, sensíveis às microdesigualdades que atravessam os territórios populares. A própria classificação elaborada com base nos dados coletados permitiu categorizar os moradores em cinco perfis de vulnerabilidade, que vão da baixa à extrema vulnerabilidade, evidenciando um "continuum" de vulnerabilidade.

Este texto está organizado em quatro seções, além desta introdução. O primeiro tópico apresenta o referencial teórico discutindo as limitações das abordagens baseadas apenas em renda, apresentando a Abordagem das Capacitações. Em seguida, é detalhado o método de coleta e análise dos dados. A terceira seção é dedicada à apresentação e discussão dos resultados, com foco na análise dos dados quantitativos que apontam as diferentes camadas de vulnerabilidade existentes no Colinas D'Oeste II. Finalmente, são apresentadas as

⁴ A coleta foi realizada em três visitas de campo nos meses de maio, agosto e novembro de 2022, no período matutino e parte do vespertino, considerando sazonalidades e disponibilidade local. As respostas foram anonimizadas, respeitando os princípios éticos da pesquisa social com populações vulneráveis e seguindo o protocolo aprovado pelo Comitê de Ética da UNIFESP.

considerações finais, com destaque para as recomendações direcionadas ao poder público e às organizações da sociedade civil interessadas em promover políticas mais equitativas e eficazes no enfrentamento da pobreza urbana.

2. Pobreza e desigualdades na literatura econômica

A premissa básica para definir a pobreza pressupõe que um indivíduo pobre não tem recursos monetários suficientes para manter um padrão de vida mínimo (Townsend, 1979). Na ciência econômica, a definição de pobreza está associada à insuficiência de renda (orçamento familiar) e às necessidades de sobrevivência (no sentido fisiológico) (Atkinson, 1998).

O conceito de subsistência foi desenvolvido e aplicado inicialmente na Inglaterra por Seebohm Rowntree e Charles Booth no final do século XIX. Rowntree (1901) analisou as famílias de York que possuíam renda insuficiente para obter as calorias mínimas para manter a sobrevivência biológica. As necessidades consideradas pelo autor foram alimentação (cesta alimentar mínima para adultos e crianças), vestuário, combustível e itens domésticos, conforme o tamanho da família. Assim, Rowntree (1941) criou uma cesta alimentar mínima necessária para garantir a subsistência e reprodução da força de trabalho. Estudos subsequentes sobre pobreza foram influenciados pela ideia de subsistência apresentada pelo autor.

As pesquisas de Rowntree (1901), Orshansky (1965), Sen (1980) e do Banco Mundial (1997) contribuíram para criar linhas de pobreza que permitiram comparações internacionais baseadas no nível de consumo médio. Ravallion et al. (1991) constataram que as linhas de pobreza variavam conforme o consumo médio nacional, convertendo o consumo para uma moeda comum em termos de Paridade de Poder de Compra (PPC). Townsend (1979) diferenciou pobreza absoluta — vinculada à fome e às necessidades fisiológicas — de pobreza relativa, que contempla outros bens além de uma cesta de alimentos. O autor destaca que tratar igualmente pessoas absolutamente e relativamente pobres limita a ascensão social das populações mais vulneráveis (Ravallion, 2008).

A pobreza relativa está atrelada à noção de “privação relativa” (Townsend, 1970), que surgiu a partir do estudo da pobreza nos países industrializados (Costa, 1984), sendo a Inglaterra o grande exemplo usado por Townsend. A pobreza relativa permite que cada sociedade a defina a partir de uma cesta específica de bens, ou seja, podem ser considerados pobres os x% mais desfavorecidos da população ou pode-se fixar um limiar de pobreza ao nível de determinado percentual de renda familiar média. Quando a pobreza é aferida em termos de distribuição de renda pelos métodos tradicionais como o Coeficiente de Gini ou quando o limiar da pobreza é colocado em um patamar alto, as diferenças entre desigualdade e pobreza são escancaradas (Brenner, 1977). Para Romão (1982), a adaptação do conceito de privação relativa ao de pobreza aproximou a pobreza da desigualdade.

Conforme destacado, a diferença individual de renda é uma das principais fronteiras estudadas dentro das teorias que discutem desigualdade e pobreza. Corroborando, Amartya Sen instituiu uma nova concepção sobre desenvolvimento, pobreza e desigualdade, substituindo o foco da renda e das necessidades básicas pelas capacitações (Sen, 1980; 1985). O autor assegura que o ser humano encontra valor em múltiplas formas de “ser” e “fazer” e não somente no “ter” (Kerstenetzky, 2000).

Dessa forma, Sen (1980) retira a centralidade das análises pela ótica da renda (ter), que é externa aos indivíduos, para concentrar-se nas capacidades agregadas às pessoas, isto é, no que as pessoas são ou fazem. Portanto, o autor analisa o contexto social por meio do indivíduo e não pela estrutura capitalista, visto que as oportunidades na vida de uma pessoa

não se limitam apenas à questão de renda, mas também aos fatores individuais e sociais que determinam as escolhas (funcionamentos) e a liberdade para agir (capacitações).

Sen (1980) complementa Townsend (1970) trazendo questões estruturais objetivas e subjetivas, analisando as dimensões humanas para o desenvolvimento de uma nação. Para Sen, as necessidades são físicas (alimentação, habitação, vestuário, mobiliário), sociais (saneamento, transporte, saúde, trabalho, educação, cultura) e políticas (pertencimento, liberdade em ser e fazer o que desejar, liberdade de falar o que pensa e sente) e econômicas (acesso à renda e posse de ativos geradores de renda).

Este artigo entende que a pobreza deve ser definida multidimensionalmente. Assim, utilizou-se a abordagem das capacidades de Sen (2000) como fundamental para apreender as oportunidades abertas por países, estados subnacionais, cidades e regiões na promoção de liberdades individuais geradoras de autonomia e emancipadoras da pobreza. Esse conjunto de estudos mostra que a pobreza, em sua forma contemporânea, deve ser compreendida como um fenômeno multifacetado, onde as privações materiais se entrelaçam com as simbólicas, produzindo formas renovadas de exclusão e hierarquização social. No próximo tópico, discute-se a vulnerabilidade social em moradias subnormais, ou favelas.

2.1 Favelas: a vulnerabilidade social analisada pelas capacidades de Amartya Sen

A abordagem das capacidades de Amartya Sen (2001) considera três categorias fundamentais: i) os funcionamentos que se referem às condições mínimas de vida, via alimentação, higiene pessoal; ii) as capacidades que vão além dos funcionamentos, ou seja, o indivíduo tem acesso às oportunidades, como, por exemplo, à educação que abre possibilidades para obter um emprego formal e a opção de exercer outras liberdades, e, iii) os intitamentos que consideram a distribuição de ativos/bens, terras e infraestrutura pública (Kuklys, 2005; Mattioda; Souza, 2016).

Esta perspectiva permite avaliar o bem-estar individual⁵ a partir do bem-estar concreto e da “capacidade de se escolher a forma que se quer viver” (Sen, 1993). O bem-estar individual e o desenvolvimento social não podem ser avaliados apenas pelas medidas de utilidade e renda. Para Sen (1993) a pobreza pode ser entendida como uma privação de capacidades básicas em vez de apenas um baixo nível de renda. A pobreza de renda e pobreza de capacidades vinculam-se, pois a renda continua sendo um meio importante para obter capacidades. A abordagem do autor permite dialogar com estudos sobre justiça social (Fraser, 2001), ampliando o olhar para além da redistribuição e incorporando as dimensões do reconhecimento e da representação, especialmente para populações historicamente invisibilizadas pelas políticas públicas.

Em sua abordagem, Sen (2010) considera que a ausência de capacidades relaciona-se com pobreza, desemprego, repressão, baixo nível de escolaridade e acesso reduzido a serviços de saúde, discriminação racial e de gênero. Assim, as capacidades são determinadas e determinam a liberdade que uma pessoa tem para desfrutar da vida que ela valoriza conforme suas demandas e necessidades.

Portanto, marcadores como gênero, origens étnicas, deficiências, restrições ambientais, local de moradia e arranjos sociais restringem a capacidade de obter renda, deste modo, as minorias que sofrem com discriminação são as mais afetadas (Santos, 2007). Além disso, ela não afeta todos os grupos de forma igual, mas afeta proporcionalmente mais grupos sociais que estão historicamente marginalizados e sem oportunidades de acesso aos serviços essenciais básicos.

⁵ Essa é uma diferença fundamental em relação à teoria utilitarista, que reduz o bem-estar ao prazer ou renda, negligenciando as condições reais de liberdade das pessoas.

A riqueza da Abordagem das Capacitações reside justamente em sua capacidade de capturar essas nuances, mostrando que mesmo indivíduos com renda similar podem ter graus distintos de liberdade e agência, conforme suas condições de moradia, raça, gênero e rede de apoio. Ao mesmo tempo em que os dados quantificam padrões de exclusão, é necessário que sejam interpretados à luz das trajetórias e contextos vividos pelos sujeitos, reconhecendo que a mesma renda pode ter implicações distintas conforme o número de dependentes, a cor da pele ou o setor de moradia.

Posto isto, é fundamental compreender que o conceito de “vulnerabilidade” nas favelas não se expressa de maneira uniforme. Estudos recentes (Marques, 2020; Ipea, 2022) indicam que há diferentes camadas de desvantagem social mesmo dentro desses territórios, com dinâmicas internas de poder, acesso desigual a redes de apoio e variações em marcadores como escolaridade, renda e ocupação.

Nesse contexto, o termo “favela”, embora polissêmico, remete principalmente às condições de moradia precária e é historicamente associado aos processos de formação do Estado brasileiro (Queiroz Filho, 2011). A precariedade se manifesta como ausência de saneamento, autoconstrução, irregularidade fundiária, mobilidade urbana limitada e alta densidade populacional, o que intensifica a vulnerabilidade e restringe liberdades fundamentais.

Do ponto de vista dos acessos, a segregação urbana fomenta privação de liberdade, sendo elas: o estigma que impacta na exclusão social, a violência, o desemprego, baixos níveis de escolaridade e a informalidade dos postos de trabalho. Tais fontes não são exclusivas destes moradores, porém, essas privações constroem a figura depreciativa do *favelado* (Santos, 2007).

Entre esses elementos, salientam-se dois traços primordiais: o recorte racial e a discriminação pelo estigma de *favelado*. A pobreza da população negra no Brasil não pode ser compreendida apenas por fatores econômicos, mas sim pelo acúmulo histórico de exclusão racial, como mostra Lezama (2009). Ademais, os negros possuem menos recursos para sobreviverem em condições de pobreza e exclusão, pois a discriminação racial está enraizada nas relações sociais cotidianas.

Atualmente, a intersecção entre o marcador raça e condições de moradia nas periferias de grandes cidades pode ser conhecido como racismo ambiental. Ainda que as primeiras aparições do termo são da década de 1970 nos Estados Unidos⁶, no Brasil esse conceito vem sendo aplicado em estudos urbanos (Silva, 2012) para apreender os impactos das alterações ambientais sobre as periferias. O termo associa as origens da formação de periferias justamente ao recorte racial de afastamento da população negra dos centros urbanos.

Assim, a teoria das capacitações de Sen (2010) oferece um arcabouço teórico consistente para analisar as múltiplas privações enfrentadas pelos moradores de favelas. A consolidação dos quatro perfis de vulnerabilidade [Quadro 1] evidencia a possibilidade de se construir uma tipologia de intervenção pública mais responsiva e focada. Cada grau de vulnerabilidade demanda políticas públicas específicas: acesso à alimentação e saúde, inclusão educacional, fortalecimento de redes, segurança de moradia ou renda básica, conforme o caso.

3. Procedimentos metodológicos

Esta é uma pesquisa aplicada, pois busca gerar conhecimento voltado à solução de problemas específicos (Gerhardt; Silveira, 2009). É um estudo de caso realizado na favela Colinas D’Oeste II, localizada no município de Osasco/SP, ao longo do ano de 2022, ainda no contexto da pandemia de Covid-19. A investigação estabelece uma articulação entre a

⁶ Como “racismo ambiental” e como “justiça ambiental”.

abordagem das capacitações de Amartya Sen e as múltiplas dimensões da vulnerabilidade social vivenciadas pelos moradores desse território, que foram aprofundadas durante a pandemia.

É uma pesquisa exploratória-descritiva cujas informações obtidas são transcritas por meio da observação do pesquisador (Marconi; Lakatos, 2003). Para isso, a abordagem do problema desse estudo é qualitativa e quantitativa (quali-quantitativa) visto que o uso em conjunto desses elementos permite obter resultados em abordagens investigativas. (Dal-Farra; Lopes, 2013).

Os instrumentos de coleta de dados foram questionários, entrevistas semiestruturadas a partir de rodas de conversa com moradores e lideranças locais e observação participante com produção, pelos pesquisadores, de diários de campo. Esses instrumentos de coleta foram criados a partir de um grupo de pesquisadores que participaram da pesquisa “mãe” deste estudo, intitulada como “Vulnerabilidades e reinvenções na pandemia de Covid-19: um estudo a partir de comunidades da Região Metropolitana de São Paulo” realizado no período de fevereiro a dezembro de 2022 através de uma parceria entre a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Fundação Tide Azevedo Setubal (Furtado *et al.*, 2023).

A partir de então, esse estudo apresenta um recorte da pesquisa supramencionada, na qual somente os dados do questionário aplicado no território Colinas II foram analisados. Assim, do ponto de vista da distribuição das heterogeneidades do território estudado, optou-se por aplicar os questionários por setores (A, B, C, D, E e F) dentro do bairro colinas.

A aplicação dos questionários ocorreu nos dias 02, 09 e 23 de abril de 2022, sendo ao todo 96 respondentes. A primeira aplicação aconteceu nos setores B/D/E, a segunda no F e por último no setor A. Optou-se por não aplicar o questionário no setor C, uma vez que essa área apresenta um nível de vulnerabilidade significativamente menor em comparação aos demais setores da favela. As moradias do setor C são construídas em alvenaria e possuem maior regularização fundiária, diferentemente das demais áreas onde predominam construções precárias, muitas vezes situadas sobre palafitas, em encostas de morro ou com risco geotécnico elevado. Como a primeira aplicação foi realizada de forma conjunta entre os setores B, D e E, não foi possível desagregar algumas variáveis por setor, limitando determinadas análises específicas do instrumento de coleta.

A seleção das famílias respondentes aconteceu de forma aleatória, sempre aos sábados e o horário de aplicação foi das 10h às 13h (duas aplicações nesse período) e das 14h às 18h (uma aplicação). Por ser fim de semana e em muitos casos, horário de almoço, a maioria dos respondentes eram mulheres que estavam preparando o almoço e/ou fazendo serviços domésticos. Raramente foram encontrados homens presentes na casa e quando encontrados, não estavam dispostos a responder o questionário. Tal fato, trouxe um viés aos dados.

O questionário foi composto por 37 questões e dividido em quatro blocos: i) perfil sociodemográfico e socioeconômico (eixos demográfico, educação, trabalho e renda), ii) políticas públicas e redes de apoio (acesso às políticas públicas e programas, saúde, participação social e redes de apoio e internet), iii) aspectos psicossociais (autopercepção de saúde, atividades de lazer e moradia) e iv) inquérito nutricional.

As questões do inquérito nutricional são baseadas na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA) reduzida. A EBIA é composta por perguntas voltadas à preocupação do indivíduo de que a comida acabe antes de comprar ou ganhar mais alimentos, número de refeições por dia e qualidade das refeições (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014). Utilizar essa escala é primordial para estabelecer políticas de combate à fome e avaliar a percepção das pessoas em relação à disponibilidade de alimentos no domicílio. Assim, a escala EBIA na versão curta permite identificar a prevalência da insegurança alimentar nos domicílios pesquisados, sem aferir graus de insegurança alimentar (leve, moderada e grave) em si (Santos *et al.*, 2014).

As respostas dos questionários foram coletadas e armazenadas no REDCap, uma plataforma *web* segura que gerencia bancos de dados. O REDCap é uma ferramenta gratuita para todos os usuários da intranet da Unifesp e permite a coleta de dados off-line. A partir dele, foi possível fazer a exportação automatizada dos dados para o *Excel*, *Stata*, *R*, entre outros programas estatísticos (Furtado *et al.*, 2021). O uso dessa ferramenta implicou em alguns vieses durante a aplicação do questionário, como por exemplo, na questão 6 (grau de escolaridade) que por ser muito extensa, os entrevistadores tiveram dificuldades em assinalar a resposta correta.

Para a análise dos dados, utilizou-se inicialmente a estatística descritiva, via construção de tabelas e gráficos, com o objetivo de sintetizar as principais informações da pesquisa (Freund; Simon, 2000). Em seguida, empregou-se a técnica de análise de cluster para identificar padrões de vulnerabilidade entre os moradores da favela, durante a pandemia de Covid-19. A aplicação dessa técnica, realizada no *software* estatístico *R*, permitiu agrupar os entrevistados com base em semelhanças nas características socioeconômicas e nas condições de vida, de modo a identificar perfis distintos de vulnerabilidade.

Optou-se por empregar o algoritmo *K-means* como principal técnica de clusterização, devido à sua eficiência computacional e capacidade de particionar dados em grupos com alta similaridade interna. Para definir o número adequado de clusters, utilizou-se o Método do Cotovelo (Thorndike, 1953), que avalia a soma dos erros quadráticos intra-grupo (SSE) para diferentes valores de *K*. O ponto de inflexão na curva SSE representa o número ideal de clusters, indicando onde a adição de novos grupos deixa de proporcionar ganhos substanciais em termos de homogeneidade interna. No presente estudo, o gráfico do cotovelo indicou um ponto de inflexão em $K=3$, sugerindo esse como número ideal de grupos. No entanto, optou-se por utilizar $K=4$, considerando que essa segmentação permitiu uma melhor distinção entre os perfis observados, mantendo a coerência estatística e favorecendo a interpretação substantiva dos clusters formados.

Considerando a natureza mista dos dados (com variáveis numéricas e categóricas), utilizou-se a distância de Gower como medida de dissimilaridade. Proposta por Gower (1971), essa métrica permite calcular distâncias entre observações com tipos de variáveis distintos, atribuindo pesos iguais a cada atributo e normalizando os valores contínuos. A distância de Gower foi utilizada para a etapa exploratória e como base para analisar a estrutura dos dados antes da aplicação do *K-means*, que, neste caso, foi adaptado a partir de uma matriz de dissimilaridade.

A escolha pela análise de cluster se justifica por sua capacidade de revelar agrupamentos latentes em dados multivariados, permitindo compreender como determinados indivíduos compartilham padrões similares de privações ou acessos, mesmo sem que esses grupos tenham sido definidos previamente (Jain, 2010).

A interpretação dos agrupamentos foi orientada pela abordagem das capacitações, proposta por Amartya Sen e adaptada por Mattioda e Souza (2016, p. 182), que reconhece a pobreza não apenas como privação de renda, mas como restrição às liberdades individuais e à posse de ativos geradores de renda. A análise considerou três dimensões interdependentes:

- a) **Funcionamentos:** correspondem às realizações efetivas dos indivíduos, ou seja, aquilo que conseguem ser ou fazer. Neste estudo, considerou-se como funcionamento a aquisição de cestas básicas de alimentos e higiene durante o período analisado;
- b) **Capacitações:** dizem respeito ao conjunto de oportunidades reais de escolha disponíveis ao indivíduo, como o acesso à educação básica ou superior e ao emprego formal, sendo essas possibilidades elementos centrais para a superação da pobreza (Sen, 2000);
- c) **Intituleamentos (*entitlements*):** referem-se à posse e acesso a ativos econômicos ou bens públicos, tais como terra, imóvel, automóvel e infraestrutura urbana.

A abordagem das capacitações de Sen (2000) é utilizada nessa pesquisa seguindo a premissa de que as capacitações são geradoras de autonomia ou fonte de emancipação da pobreza. Isto é, as liberdades individuais exigem que o Estado ofereça políticas públicas que garantam o acesso aos direitos essenciais básicos, como educação, alimentação, saúde, direitos civis, entre outros.

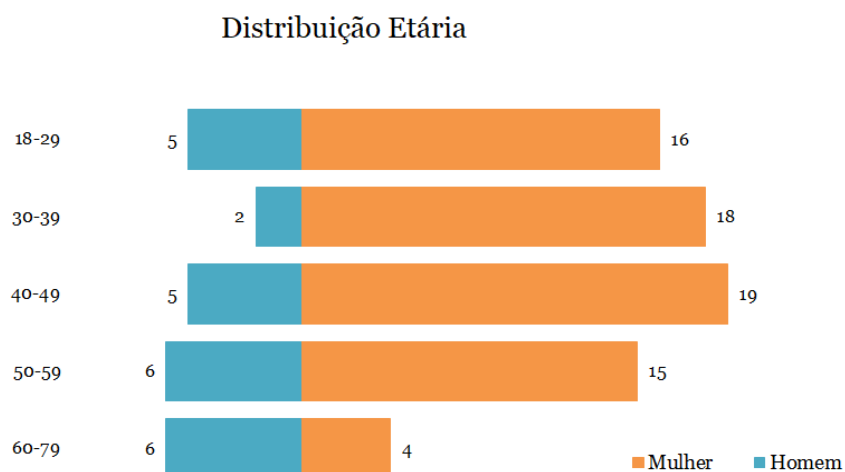
Importa destacar que a análise dos dados considerou também os recortes interseccionais de raça, gênero e arranjo domiciliar, reconhecendo que a vulnerabilidade social é produzida por múltiplas camadas de desigualdade e não apenas pela renda. Essa opção metodológica é coerente com autores como Crenshaw (1991) e Ribeiro (2017), que defendem a centralidade de uma perspectiva interseccional no diagnóstico de desigualdades complexas.

4. Resultados e discussões

A análise dos dados quantitativos revelou a existência de gradações internas entre os grupos vulneráveis, indicando que, mesmo dentro de um território marcado por vulnerabilidades compartilhadas, como uma favela, há desigualdades significativas entre domicílios e indivíduos. Os dados quantitativos traduziram a discussão teórica realizada nos tópicos anteriores do artigo, quais sejam, os marcadores de raça, gênero, local de moradia, acesso às políticas públicas e ações sociais, foram determinantes para desenhar a vulnerabilidade dentre os entrevistados. Neste tópico do artigo os dados quantitativos serão apresentados, para tanto, parte-se do perfil de vulnerabilidade dos moradores entrevistados em 2022.

A pesquisa contou com 96 respondentes, todos de nacionalidade brasileira e com idade média de 41 anos, variando entre 18 e 77 anos, conforme o Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 — Número de respondentes por faixa etária (pesquisa 2022)



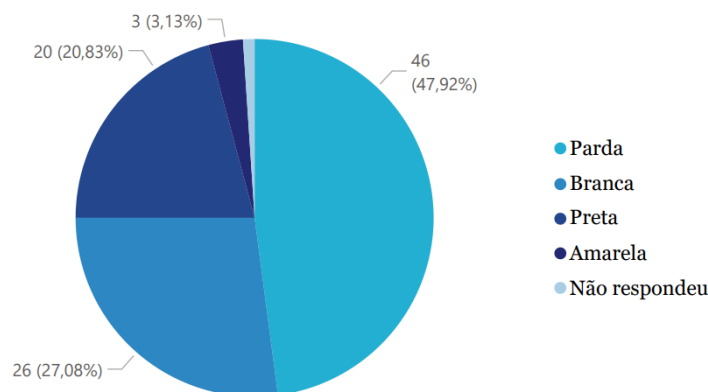
n= 96;

Fonte: elaborado pelos autores (2025) a partir dos dados primários produzidos na Pesquisa Vulnerabilidades e Reinvenções na Pandemia de Covid-19, Unifesp e Fundação Tide Setubal (2022).

A maioria dos respondentes está na faixa dos 40-49 anos, especialmente mulheres, que representam 75% dos entrevistados. Em relação ao estado civil, cerca de 42,7% dos respondentes estavam solteiros ou viúvos e 4,2% estavam casados ou em união estável. O Gráfico 2 apresenta a cor/raça dos entrevistados, a qual predomina o grupo dos autodeclarados negros (pretos e pardos) com 68,7% e autodeclarados brancos com 27,1%.

Esse dado corrobora a literatura que indica maior incidência de pretos e pardos em regiões vulneráveis, como as favelas (Pinto; Lopes, 2020).

Gráfico 2 — Raça/Cor entre a população domiciliada no Colinas D’Oeste II em 2022

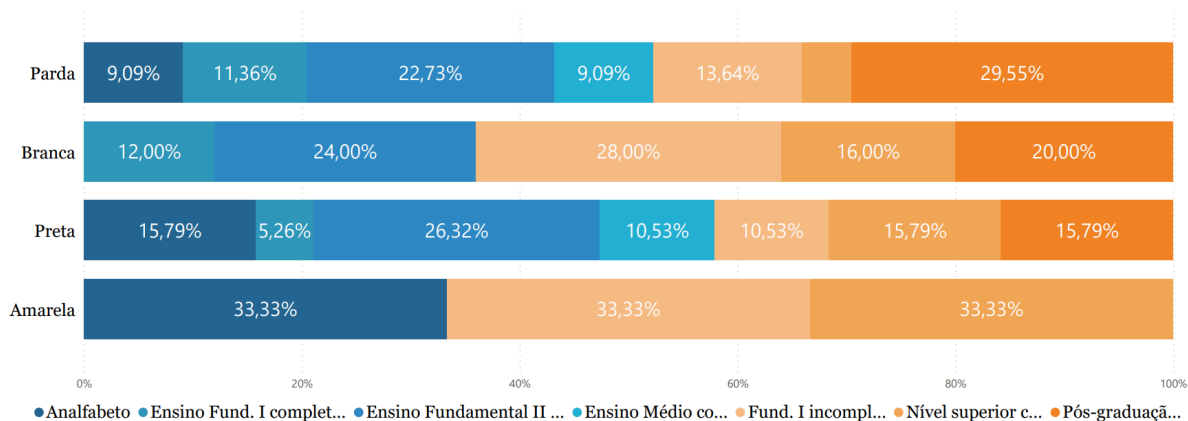


n= 95, uma pessoa não respondeu a pergunta;

Fonte: elaborado pelos autores (2025) a partir dos dados primários produzidos na Pesquisa Vulnerabilidades e Reinvenções na Pandemia de Covid-19, Unifesp e Fundação Tide Setubal (2022).

De acordo com o Gráfico 3, 29,55% dos autodeclarados pardos possuem Pós-Graduação, 22,73% têm o Ensino Fundamental II completo ou Ensino Médio incompleto e 13,64% possuem o Ensino Fundamental I incompleto. Em relação aos pretos, 26,32% têm como grau de escolaridade o Ensino Fundamental II completo ou Ensino Médio incompleto, 15,79% possuem Pós-Graduação, 15,79% Nível Superior completo. Quanto aos analfabetos, 15,79% são pretos e 9,09% são pardos. Não há pessoas autodeclaradas brancas analfabetas.

Gráfico 3 — Grau de Escolaridade por Raça/Cor (Colinas D’Oeste II, 2022)

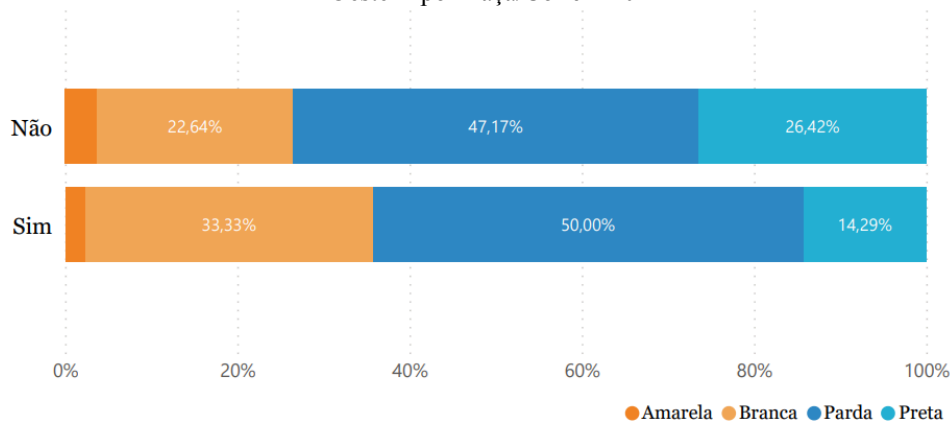


n= 91, pois uma pessoa não respondeu a raça/cor, duas não sabem o grau de escolaridade e duas não responderam a questão de escolaridade;

Fonte: elaborado pelos autores (2025) a partir dos dados primários produzidos na Pesquisa Vulnerabilidades e Reinvenções na Pandemia de Covid-19, Unifesp e Fundação Tide Setubal (2022).

Aproximadamente 55% dos entrevistados não estavam trabalhando e 45% trabalhavam, conforme disposto no Gráfico 4. Os autodeclarados pretos e pardos compõem 67,6% dos que não estavam trabalhando em 2022. Segundo Souza (2022) a recuperação pós-pandemia beneficia, de forma mais rápida, os brancos do que os negros, considerando que novas contratações demoram mais que a retomada da jornada de trabalho para aqueles cujos vínculos empregatícios foram mantidos na pandemia, os brancos.

Gráfico 4 — Quantidade de participantes que trabalham ou não entre a população domiciliada no Colinas D'Oeste II por Raça/Cor em 2022



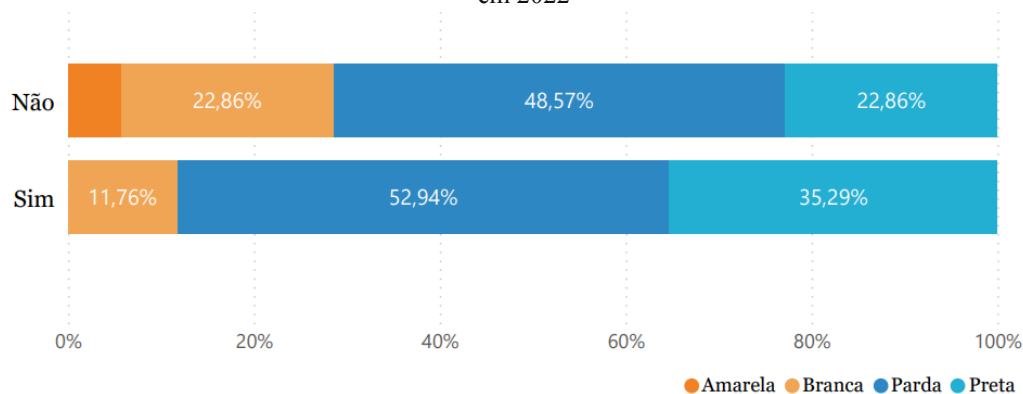
n= 95, pois uma pessoa não respondeu a pergunta sobre raça/cor, sendo 52 pessoas que não estavam trabalhando e 43 que estavam trabalhando;

Fonte: elaborado pelos autores (2025) a partir dos dados primários produzidos na Pesquisa Vulnerabilidades e Reinvenções na Pandemia de Covid-19, Unifesp e Fundação Tide Setubal (2022).

Em relação à perda de trabalho em virtude da pandemia, cerca de 66% dos entrevistados não perderam sua fonte de renda e 34% perderam. Segundo o CAGED, o Brasil apresentou mais de 1,4 milhões de desempregados no setor formal, de março a julho de 2020 (Brasil, 2020). As mulheres e os jovens foram os grupos com maiores chances de perderem suas ocupações e transitarem para a inatividade econômica (Barbosa; Costa; Hecksher, 2020).

O Gráfico 5 aponta que dentre os que perderam sua renda na pandemia, os autodeclarados pretos e pardos (88,23%) foram os mais afetados. A massa salarial dos negros teve uma queda de 12% entre os trimestre de 2020, percentual duas vezes maior em relação aos brancos. Os negros (pretos e pardos) foram os mais afetados por demissões, dada a redução dos postos de trabalho na pandemia (Batista *et al.*, 2022). Ressalta-se que os trabalhadores desse grupo racial são, em sua maioria, assalariados informais (Wroblevski; Cunha, 2020), uma das categorias que mais sofreu com o efeito emprego durante a pandemia. A redução do emprego formal foi de -4,2% em 2020 enquanto do emprego informal foi de -12,6% no mesmo ano (Barbosa Filho; Peruchetti, 2021).

Gráfico 5 — Perda de trabalho na pandemia entre a população domiciliada no Colinas D'Oeste II por raça/cor em 2022

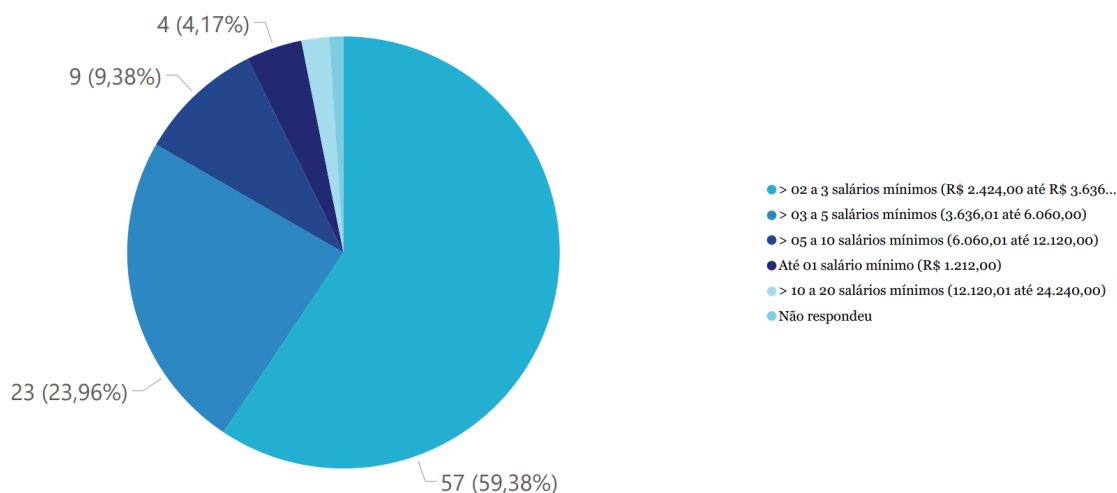


n= 95, pois uma pessoa não respondeu a raça/cor;

Fonte: elaborado pelos autores (2025) a partir dos dados primários produzidos na Pesquisa Vulnerabilidades e Reinvenções na Pandemia de Covid-19, Unifesp e Fundação Tide Setubal (2022).

O Gráfico 6 revela que 59,4% dos domiciliados possuem uma renda entre 2 a 3 salários mínimos e 24% apresentam uma renda entre 3 a 5 salários mínimos.

Gráfico 6 — Renda familiar entre a população domiciliada no Colinas D’Oeste II em 2022



n= 96;

Fonte: elaborado pelos autores (2025) a partir dos dados primários produzidos na Pesquisa Vulnerabilidades e Reinvenções na Pandemia de Covid-19, Unifesp e Fundação Tide Setubal (2022).

Cabe destacar que o setor “A” do Colinas D’Oeste II, cujos moradores têm a posse da terra porque foram contemplados com a política habitacional do Programa Bairro Novo, apresentam uma renda familiar maior, conforme o Gráfico 9. Cerca de 36,4% da população domiciliada neste setor tem uma renda familiar de 02 a 03 salários mínimos (R\$ 2.424,00 até R\$ 3.636,00), 36,4% detém de 03 a 05 salários mínimos (R\$ 3.636,01 até R\$ 6.060,00) e 21,2% possui de 05 a 10 salários (R\$ 6.060,01 até 12.120,00).

Em um momento de extrema dificuldade econômica, os trabalhadores informais foram os que mais sofreram os impactos da crise. No Colinas D’Oeste II, dentre as pessoas que estavam trabalhando no momento da pesquisa, 65,6% geram renda a partir de emprego sem carteira assinada, 21,9% trabalham por conta própria como ambulante, 6,3% trabalham em ONGs/movimentos sociais, 3,1% trabalham como motorista de aplicativo/entregador e somente 3,1% possuem emprego formal, segundo a Tabela 1.

Tabela 1 — Formas de gerar renda dos moradores do Colinas D’Oeste II em 2022

Forma de gerar renda	Total N=32 n(%)	Cor/Raça			
		Preta N= 4 n(%)	Parda N= 15 n(%)	Branca N= 12 n(%)	Amarela N= 1 n(%)
Emprego formal – carteira assinada	1(3,1)	0(0,0)	0(0,0)	1(8,3)	0(0,0)
Emprego sem carteira assinada	21(65,6)	4(100)	10(66,7)	7(58,4)	0(0,0)
Trabalho em ONGs / movimentos sociais	2(6,3)	0(0,0)	0(0,0)	1(8,3)	1(100)
Trabalho por conta própria como ambulante	7(21,9)	0(0,0)	4(26,7)	3(25,0)	0(0,0)
Trabalho por conta própria como motorista de aplicativo ou entregador	1(3,1)	0(0,0)	1(6,6)	0(0,0)	0(0,0)

n= 32;

Fonte: elaborado pelos autores (2025) a partir dos dados primários produzidos na Pesquisa Vulnerabilidades e Reinvenções na Pandemia de Covid-19, Unifesp e Fundação Tide Setubal (2022).

Obs.: Dos 43 que estavam trabalhando no momento da pesquisa, 10 não responderam a forma que geravam renda, talvez por receio de estigmatização e um não respondeu a raça/cor, restando 32 pessoas respondentes.

O trabalho por conta própria é uma forma de sobrevivência e/ou manutenção da renda (OIT, 2020) e é considerado como trabalho informal. O desenvolvimento da informalidade lastreia-se no desemprego, insuficiência de políticas de proteção social aos trabalhadores e precarização do trabalho (Lima; Bendassolli, 2020) por essas razões, os trabalhadores informais foram os que apresentaram maiores dificuldades em garantir uma renda mínima de subsistência na pandemia (Bittencourt, 2020).

Em relação às políticas de transferência de renda, 43,75% dos participantes não receberam complementação de renda em 2021 e 56,25% foram contemplados por algum programa social, como Bolsa Família (renomeado como Auxílio Brasil no período analisado), Auxílio Emergencial e Auxílio Municipal.

A partir da clusterização dos dados, foi possível categorizar perfis de vulnerabilidade dos moradores do Colinas, de acordo com as seguintes variáveis: setor, renda *per capita*, quantidade de refeições realizadas por dia, situação ocupacional, utilização de ações sociais (como recebimento de cestas básicas), gênero, raça/cor, proporção de mulheres e homens em cada cluster, tipo de ocupação e a definição do grau de vulnerabilidade.

Quadro 1 — Perfis de vulnerabilidade dos moradores do Colinas D'Oeste II em 2022

Cluster	Setor da favela	Renda <i>per capita</i>	Qntd. refeições	Situação ocupacional	Uso de ações sociais	Gênero	Raça/Cor	% Mulheres	% Homens	Tipo de ocupação	Grau de vulnerabilidade
1	F	-0,13	-0,22	Empregado	0,29	Mulher	Parda	0,765	0,235	Informal	II
2	B/D/E	0,1	-0,04	Desempregado	0,11	Mulher	Preta	0,579	0,421	Não se aplica	III
3	F	-0,3	0,03	Desempregado	0,38	Mulher	Parda	0,882	0,118	Não se aplica	IV
4	A	0,42	0,15	Empregado	0,04	Mulher	Parda	0,72	0,28	Informal	I

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Com base nos resultados obtidos pela análise de clusters, foi possível identificar quatro perfis distintos de vulnerabilidade entre os moradores da favela Colinas D'Oeste II/SP, os quais foram interpretados à luz da abordagem das capacitações de Amartya Sen, considerando as categorias de funcionamentos, capacitações e intitamentos. Essa perspectiva permite compreender a pobreza para além da insuficiência de renda, focando as liberdades individuais e as condições reais de vida e escolha dos indivíduos.

O Cluster 4 apresentou o menor grau de vulnerabilidade, Grau I. Seus integrantes, majoritariamente mulheres pardas residentes no setor A, possuem a maior renda *per capita* (R\$ 2.186,00) entre os grupos (+0,42), acima da média (R\$ 1892,00) e da mediana (R\$ 1.212,00), acima da média de refeições (+0,15) e estão inseridas no mercado de trabalho, ainda que informalmente. Nesse sentido, observa-se a presença de funcionamentos

preservados, expressos na capacidade de satisfazer necessidades básicas como a alimentação, bem como capacitações ampliadas, já que a renda e o vínculo com o trabalho proporcionam um certo grau de autonomia e liberdade de escolha. Além disso, a baixa adesão às ações sociais (4%) sugere algum nível de acesso a intitulentos, como bens ou redes de apoio independentes do Estado.

O Cluster 1 foi classificado com grau II de vulnerabilidade, apresentando um perfil de mulheres pardas residentes no setor F, com renda *per capita* negativa (-0,13) levemente abaixo da mediana da amostra (R\$ 1.212,00) e número médio de refeições estimado em aproximadamente 2,18 por dia, abaixo (-0,22) da média geral de 2,81 refeições diárias. Apesar das privações, este grupo possui algum vínculo de trabalho, ainda que informal, e 29% dos indivíduos são beneficiários de ações sociais voltadas ao território, como a distribuição de cestas básicas. Nesse caso, identificam-se funcionamentos limitados, pois a inserção no mercado, ainda que precária, contribui para a provisão mínima de bens essenciais. As capacitações, no entanto, permanecem restritas, já que a informalidade tende a reproduzir a insegurança material. Quanto aos intitulentos, observa-se uma situação frágil, marcada pela ausência de ativos e pela dependência de ações pontuais do Estado.

O Cluster 2, com grau III de vulnerabilidade, é composto por mulheres pardas e residentes nos setores B, D e E. Apesar da renda *per capita* levemente positiva (+0,10), isto é, acima da mediana de R\$ 1.212,00, mas ainda inferior à média da amostra (R\$ 1.892,00), neste grupo o desemprego prevalece e o consumo médio de refeições por dia é menor que a média geral da amostra, além de baixo acesso às ações sociais (11%) vividas no território. A ausência de vínculos produtivos e a alimentação comprometida indicam a escassez de funcionamentos básicos. Do ponto de vista das capacitações, a falta de ocupação e a insegurança alimentar reduzem drasticamente as opções de escolha e as possibilidades de emancipação. Já os intitulentos inexistem, dada a ausência de bens próprios ou acesso a infraestrutura pública.

Por fim, o Cluster 3 foi identificado como o de maior vulnerabilidade, com Grau IV. Formado por mulheres pardas residentes no setor F, este grupo apresenta a menor renda *per capita* (-0,30) em relação à média da amostra e está completamente fora do mercado de trabalho. Apesar de apresentar uma leve média positiva de refeições (+0,03), isso se deve, provavelmente, à alta dependência de ações sociais (38%), a maior entre todos os clusters. Esses dados refletem a ausência de funcionamentos que se mantêm no tempo, pois as ações cotidianas básicas, desse grupo, dependem quase exclusivamente da intervenção pública emergencial. As capacitações são praticamente inexistentes, diante da total ausência de renda própria e da fragilidade estrutural. Quanto aos intitulentos, não se identificam indícios de acesso a ativos ou bens que possam mitigar a vulnerabilidade ou garantir algum nível de autonomia.

A distribuição de gênero nos clusters também nos revela uma tendência importante: clusters com maior proporção de homens estão associados a menores níveis de vulnerabilidade. O Cluster 4, por exemplo, concentra os moradores em melhores condições socioeconômicas (renda *per capita* mais alta, maior número de refeições e baixa dependência de ações sociais), apresenta uma proporção de 28% de homens — acima da média geral dos clusters.

De modo semelhante, o Cluster 2, embora classificado como grau III, tem a maior proporção de homens (42,1%), o que parece contribuir para um nível de vulnerabilidade inferior ao do Cluster 3, em que os homens são apenas 11,8% e a vulnerabilidade atinge o grau máximo (IV).

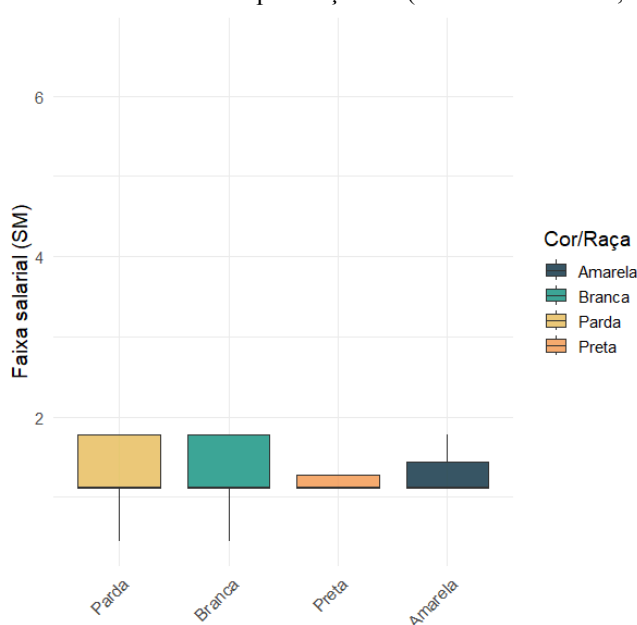
Essa relação entre gênero e vulnerabilidade reflete as assimetrias estruturais de gênero no acesso aos recursos, emprego e políticas sociais. Mulheres, especialmente as negras (como majoritariamente observado nos clusters), enfrentam maiores barreiras para inserção no

mercado de trabalho formal, além de acumularem responsabilidades com cuidados e alimentação da família, o que pode aumentar sua exposição à vulnerabilidade social.

A relação entre gênero e vulnerabilidade observada na favela reflete assimetrias estruturais no acesso a recursos, ao emprego e às políticas sociais. Mulheres, especialmente as negras — como majoritariamente observado nos clusters analisados — enfrentam maiores barreiras para inserção no mercado de trabalho formal, além de acumularem responsabilidades com os cuidados e a alimentação da família. Isso contribui para aumentar sua exposição à vulnerabilidade social. Os dados reforçam essa realidade, o Gráfico 7 evidencia que pessoas brancas e pardas apresentam faixas salariais mais elevadas quando comparadas às pretas e amarelas.

O *boxplot* nos revela que pardos e brancos têm uma mediana salarial semelhante, levemente superior a 1,5 salário mínimo (SM). Pessoas pretas possuem uma menor mediana salarial, indicando desigualdade racial no rendimento. A diferença entre a mediana dos grupos evidencia a persistência de desigualdades raciais no mercado de trabalho. Isso reforça a importância de políticas afirmativas, combate ao racismo estrutural e análise interseccional.

Gráfico 7 — Faixa salarial por Raça/Cor (Colinas D’Oeste II, 2022)

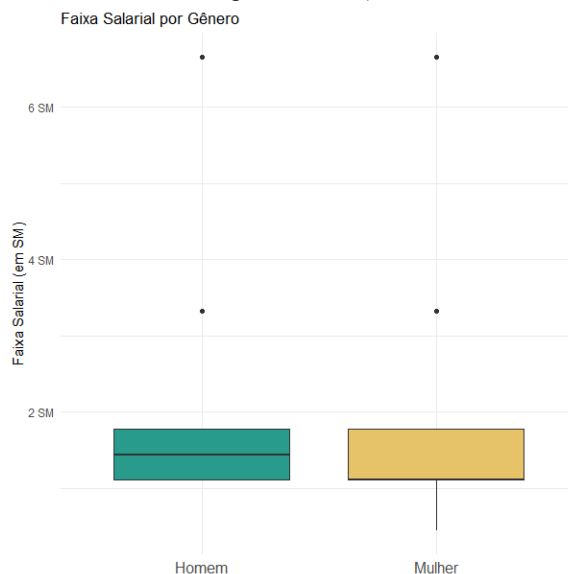


Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A distribuição salarial entre homens e mulheres é visualmente semelhante em termos de dispersão, mas com medianas e médias diferentes, o que aponta para desigualdade salarial. Os homens apresentam uma faixa salarial média de 1,84 salários mínimos (SM) e mediana de 1,44 SM. Enquanto as mulheres têm um salário médio de 1,45 SM e mediana salarial de 1,11 SM.

Mesmo com alguma sobreposição na faixa interquartil, os dados revelam uma diferença salarial estrutural entre gêneros. A diferença de mediana de 0,33 SM (~30%) é substancial e evidencia que, na média, as mulheres ganham menos. O gráfico 8 reforça a existência de uma disparidade de rendimentos entre homens e mulheres, ainda que não haja grandes diferenças na dispersão da amostra como um todo. A diferença tanto na média quanto na mediana sugere que políticas de equidade salarial são muito necessárias.

Gráfico 8 — Faixa salarial por Gênero (Colinas D’Oeste II, 2022)



A análise integrada dos clusters evidencia que a pobreza vivenciada pelos moradores da favela Colinas D’Oeste II durante a pandemia de Covid-19 não pode ser circunscrita à renda monetária, e deve ser compreendida a partir das privações de liberdade e restrições nas possibilidades reais de vida digna. A abordagem das capacitações permite, portanto, identificar com maior precisão os grupos em situação crítica e subsidiar políticas públicas mais eficazes, sensíveis à complexidade das vulnerabilidades sociais.

Os diferentes graus de vulnerabilidade apresentados no Quadro 1 ratificam a importância da implementação de políticas públicas de moradia, segurança alimentar e garantias de renda para a população domiciliada em territórios vulneráveis. Em tempos de crise, como o período da pandemia, essas políticas são mais essenciais, pois os principais afetados são os trabalhadores informais que ficam sem proteção social e consequentemente, sem renda para obter o mínimo de funcionamentos, isto é, ficam impedidos de se alimentar adequadamente.

Considerações Finais

O presente artigo propôs uma análise empírica da vulnerabilidade social no território do Colinas D’Oeste II a partir da Abordagem das Capacitações de Amartya Sen, articulando dimensões como funcionamentos, capacitações e intitulamentos. Com base em dados primários, buscou-se compreender como diferentes arranjos sociodemográficos, econômicos e territoriais interagem para produzir perfis distintos de exclusão e pobreza. A escolha dessa abordagem permitiu escapar das limitações das métricas unidimensionais de pobreza e incorporou aspectos qualitativos da autonomia individual e coletiva.

Os dados revelam que, mesmo entre grupos socialmente semelhantes — por exemplo, mulheres negras residentes em áreas vulneráveis — há graus bastante distintos de vulnerabilidade. Essas gradações são moldadas por fatores como escolaridade, formalização do trabalho, número de moradores por domicílio e acesso à política habitacional. O Quadro 1 sintetiza quatro perfis, que vão desde uma baixa vulnerabilidade relativa (grau I) até a extrema (grau IV), sugerindo que intervenções públicas homogêneas são insuficientes para responder à complexidade das realidades locais.

As evidências reforçam a tese de que a vulnerabilidade social deve ser compreendida

a partir de uma ótica interseccional e multidimensional, onde o local de moradia, os marcadores de raça e gênero e o acesso aos bens públicos se entrelaçam de modo singular. Políticas públicas baseadas apenas em recortes amplos (como renda familiar) tendem a invisibilizar camadas específicas de vulnerabilidade. Portanto, é urgente o aprimoramento dos mecanismos de diagnóstico e planejamento territorial, incorporando instrumentos capazes de captar essas microdesigualdades.

Conclui-se que o enfrentamento da pobreza e da desigualdade em territórios vulneráveis exige uma mudança de paradigma na formulação de políticas públicas: é necessário tratar desigualmente os desiguais. Isso passa por territorializar as políticas sociais, construir indicadores mais sensíveis às realidades locais e adotar estratégias combinadas de fortalecimento comunitário, justiça distributiva e promoção de liberdades substantivas. A Abordagem das Capacitações, nesse sentido, permanece como uma ferramenta poderosa para revelar e combater as múltiplas privações que limitam a vida digna nas periferias urbanas.

Por esta razão, o acesso aos alimentos foi comprometido durante a pandemia de Covid-19, seja devido à perda de renda ou à inércia do Estado em agir. As redes locais de proteção social foram importantes para garantir o mínimo acesso à alimentação a essa população, tais redes foram criadas pelos moradores do próprio território, os quais em desespero, buscaram através de ações coletivas, soluções para a fome. O Estado, ao fazer uma ação territorializada pode proporcionar meios para que as ações coletivas possam ser estimuladas, criando novos laços sociais capazes de amparar a população vulnerável em momentos de crises profundas.

Referências bibliográficas

ATKINSON, A.B. **Social Exclusion, Poverty and Unemployment**. In A. Atkinson and J. Hills (Eds.), *Exclusion, Employment and Opportunity*, pp. 1–20. London, UK: Center for Analysis of Social Exclusion/London School of Economics, 1998.

BANCO MUNDIAL. **World Development Report: Poverty**. Oxford University Press for the World Bank, 1997.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões; HECKSHER, Marcos. MERCADO DE TRABALHO E PANDEMIA DA COVID-19: ampliação de desigualdades já existentes?. **Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. p. 57-63, jul. 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercdetrabalho.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PERUCHETTI, Paulo. **Quem mais sofreu com a queda de emprego no Brasil no ano de 2020?** Fundação Getúlio Vargas, 2021. Disponível em:

<https://blogdoibre.fgv.br/posts/quem-mais-sofreu-com-queda-de-emprego-no-brasil-no-ano-d-e-2020>. Acesso 06 dez. 2024.

BATISTA, Andrezza Cristina Santos; GUEDES, Gilmar Júnio de Macedo; CRUZ, Isabela Ferreira Ventura; TANURI, João Pedro Barbato; COELHO, Vinicius Teixeira. **Os impactos da pandemia do novo coronavírus no mercado de trabalho brasileiro**. *Consciência, Anais*, 2022. Disponível em: <https://ueadsl.anais.nasnuv.com.br/index.php/UEADSL/article/view/620/69>. Acesso em: 11 jan. 2025.

BITTENCOURT, R. N. Pandemia, isolamento social e colapso global. **Revista Espaço Acadêmico**, v.19, n. 221, p.168-178, 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. (2020). Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/caged-3/>. Acesso em 10 jan.2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: MDS, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/escala-brasileira-de-inseguranca-alimentar-ebia-analise-psicometrica-de-uma-dimensao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRENNER, Harsten. *Economic (Income) Poverty in the Federal Republic of Germany: Interaction of Employment, Income and Social Benefits with Regard to the Position of Low Income Population Groups, in Anti-Poverty Measures in European Countries*, Austria, 12-15 September 1977.

COSTA, A. B. Conceito de pobreza. **Estudos de Economia**, v. 4, n. 4, abr-jun, 1984.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

DAL-FARRA, R. A; LOPES, P. T. C. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. **Revista Nuances: estudos sobre educação**, 24(3), 67-80. 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2698/2362>. Acesso em: 09 nov. 2024.

FRASER, Nancy. **Redistribuição ou reconhecimento?** Uma crítica à justiça de nosso tempo. Tradução de César Benjamin. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREUND, J. E.; SIMON, G. A. **Estatística aplicada**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

FURTADO, Lumena Almeida Castro; NASSER, Mariana Arantes; NAKANO, Anderson Kazuo; FEGADOLLI, Claudia; SILVA, Cristiane Gonçalves da; SOUZA, Luciana Rosa de; RODRIGUES, Joana de Fátima; PAULA, Liana de; BRAGAGNOLO, Larissa Maria. **Desigualdades e vulnerabilidades na epidemia de COVID-19: monitoramento, análise e recomendações**. São Paulo, p. 1-298, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/61363>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FURTADO, Lumena Almeida Castro; NASSER, Mariana Arantes; FEGADOLLI, Claudia; SOUZA, Luciana Rosa de; PAULA, Liana de; RODRIGUES, Joana de Fátima. **Vulnerabilidades e reinvenções na pandemia de Covid-19: um estudo a partir de comunidades da Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo, p. 1-246, 2023.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 120 f. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em 04 nov. 2024.

GOWER, J. C. *A general coefficient of similarity and some of its properties*. **Biometrics**, v. 27, n. 4, p. 857–871, 1971. <https://doi.org/10.2307/2528823>.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Racismo ambiental no Brasil: conceitos, conflitos e caminhos.** Brasília: Ipea, 2022.

JAIN, A. K. Data clustering: 50 years beyond K-means. *Pattern Recognition Letters*, v. 31, n. 8, p. 651–666, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0167865509002323?via%3Dihub>. Acesso em 10.jul.2025.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, p. 113-122, fev. 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092000000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/YgVmmTLrDV8knfPYLgzPjzP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2024.

KUKLYS, Wiebke. **Amartya Sen’s Capability Approach: Theoretical Insights and Empirical Applications.** Berlin: Springer, 2005.

LAMONT, Michèle et al. **Social resilience in the neoliberal era.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LEZAMA, José Luis. **Pobreza urbana y medio ambiente: perspectivas críticas de la sustentabilidad.** In: LEZAMA, J. L. (org.). *Pobreza y medio ambiente en América Latina.* México: El Colegio de México, 2009. p. 13–50.

LIMA, F. C.; BENDASSOLLI, P. F. **Trabalhadores e Trabalhadoras na Informalidade: Intervenções Possíveis.** 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

MACQUEEN, J. B. *Some methods for classification and analysis of multivariate observations.* In: Proceedings of the Fifth Berkeley Symposium on Mathematical Statistics and Probability, v. 1, p. 281–297, 1967.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. **Petrópolis: Vozes,** 2011.

MARTINI, R. A. **Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza.** Texto para discussão nº 369, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, instituições e pobreza: políticas sociais e redes de proteção nas cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: FGV, 2020.

MATTIODA, Rita de Cássia; SOUZA, Luciana Rosa de. **Territórios vulneráveis: uma análise pela abordagem das capacitações.** *Revista Katálysis*, v. 19, n. 1, p. 178–186, jan./abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **É necessário garantir a proteção dos trabalhadores agora e após o fim do confinamento.** OIT Notícias, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_743059/lang-pt/index.htm. Acesso em 20 jan. 2025.

ORSHANSKY, M. *Counting the Poor: Another Look at the Poverty Profile, Social Security Bulletin*, v. 28, 1965, p. 5.

PERLMAN, J. *Marginality: From Myth to Reality in the favelas of Rio de Janeiro, 1969-2002*; In: *Urban informality: Transnational perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia*, ed. Ananya Roy and Nezar Alsayyad. New York: Lexington, 2004.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. São Paulo: Intrínseca, 2020.

QUEIROZ FILHO, A. P. **Sobre as origens da favela**. Mercator - Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). 2011;10(23):33-48. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273621468004>. Acesso em 14 jan.2025.

RAVALLION, M. *How Not to Count the Poor? A Reply to Reddy and Pogge*. **Debates On The Measurement Of Poverty**, Oxford, p. 1-16, abr. 2008. Oxford University Press.

RAVALLION, M.; DATT, G.; WALLE, D. *Quantifying Absolute Poverty In The Developing World*. **Review of Income and Wealth**, 37(4), 345–361. 1991. doi:10.1111/j.1475-4991.1991.tb00378.x

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ROMÃO, Maurício. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, v. 36, n.4, p.355-370, out.1982. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/292/6543/0>. Acesso em 20 nov. 2022.

ROUSSEEUW, P. J. *Silhouettes: A graphical aid to the interpretation and validation of cluster analysis*. **Journal of Computational and Applied Mathematics**, v. 20, p. 53–65, 1987. [https://doi.org/10.1016/0377-0427\(87\)90125-7](https://doi.org/10.1016/0377-0427(87)90125-7).

ROWNTREE, S. **Poverty: A Study of Town Life**. London, UK: Macmillan, 1901.

ROWNTREE, S. **Poverty and Progress**, Longmans, Green, London, 1941; Rowntree, B. S. (with Lavers, G. R.), *Poverty and the Welfare State*, Longmans, Green, London, 1951.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes; FERNANDES, Rita de Cássia Pereira; ALMEIDA, Milena Maria Cordeiro de; MIRANDA, Samilly Silva; MISE, Yukari Figueroa; LIMA, Monica Angelim Gomes de. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 12, p. 1-14, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/W7bdfWDGNnt6jHCcCChF6Tg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SEN, Amartya. **Commodities and Capabilities**. Amsterdam: North Holland, 1985.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. São Paulo: Record, 2001.

SEN, Amartya. *Equality of What?* In J. Rawls, C. Fried, A. Sen and T. Schelling, editado por Sterling M. McMurrin, *Liberty, Equality, and Law: Selected Tanner Lectures on Moral Philosophy*, Salt Lake City: University of Utah Press, 1980.

SILVA, Lays Helena Paes e. **Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro.** E-cadernos CES [Online], 17 | 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1123>. Acesso em 20 jan. 2025.

SOUZA, L. A.; CASSAB, C. “Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui”: desigualdade e solidariedade nas periferias brasileiras. *Finisterra*, v. 55, n. 115, p. 105–111, 2022. DOI: 10.18055/Finis20358. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/20358>. Acesso em: 06 jan. 2025.

THORNDIKE, R. L. *Who belongs in the family?* *Psychometrika*, v. 18, n. 4, p. 267–276, 1953. <https://doi.org/10.1007/BF02289263>.

TOWNSEND, P. *Measures and Explanations of Poverty in High Income and Low Income Countries: The Problems of Operationalizing the Concepts of Development, Class and Poverty.* In P. Townsend (Ed.), *The Concept of Poverty (Working Papers on Methods of Investigation and Lifestyles of the Poor in Different Countries)*, London, UK: Heinemann Educational Books, 1970, p. 1–45.

TOWNSEND, P. *Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living.* University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1979.

WACQUANT, Loïc. Os condenados da cidade. Rio de Janeiro: **Revan**, 2001 (Título original: *Urban Outcasts*. Tradução adaptada da edição francesa).

WROBLEVSKI, B.; CUNHA, M. S. D. **Determinantes das transações no mercado de trabalho brasileiro, crise econômica e desigualdade racial: uma análise para o período 2012-2019.** In: XLVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XLVIII, São Paulo. Anais, 2020.